

O LEGADO DE NICOLAU MAQUIAVEL PARA O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI

Claudio Reis¹

Resumo: Definido como fundador do pensamento político moderno, Nicolau Maquiavel é um dos autores centrais da história ocidental, ou mesmo mundial. Suas reflexões sobre o Estado colocaram-no como clássico das ciências humanas e autor indispensável para se entender a dinâmica política ainda hoje. Neste ano (2013) se está completando 500 anos da publicação de “O Príncipe” e, apesar dos cinco séculos, o ‘pequeno’ livro continua surpreendendo seus leitores, por sua originalidade. Segundo Antonio Gramsci, Maquiavel, além das contribuições universais para o mundo da política, foi também um autor intimamente voltado às particularidades italianas. Maquiavel, na visão gramsciana, pode ser considerado como o grande contraponto ao cosmopolitismo renascentista. O secretário florentino, de modo geral, contribuiu para o desenvolvimento das reflexões de Gramsci quanto aos intelectuais e ao partido político.

Palavras-chave: Maquiavel; Gramsci; Intelectuais; Partido Político.

Abstract: Defined as the founder of the modern political thought, Nicolau Maquiavel is one of the central authors in Western history, even in the world history. His reflections about State have made him a classic in human sciences and an author indispensable to understand the current political dynamic. This year “The Prince” is achieving its 500th birthday. Despite five centuries of its publication, the “little” book continues to surprise its readers for its originality. According to Antonio Gramsci, besides the universal contribution to the realm of politics, Maquiavel was also an author intensely dedicated to Italian particularities. In the prism of Gramsci, Maquiavel can be considered a large counterpoint to Renaissance cosmopolitanism. The florentine secretary contributed to the development of Gramsci’s reflections about intellectuals and political parties.

Keywords: Maquiavel; Gramsci; Intellectual; Political Party.

1 MAQUIAVEL E O INTELLECTUAL NACIONAL-POPULAR

Como se sabe, Gramsci foi um dos principais autores a refletir sobre a figura do intelectual no século XX. Durante as décadas de 1920 e 30, especificamente, “nenhum outro grande pensador e militante de esquerda tinha dado tanta importância à categoria social dos intelectuais como fator explicativo da realidade sociopolítica.” (BEIRED, 1998, p. 123). E muitas das suas reflexões, referente a esse tipo social, ainda são bastante utilizadas neste início de século XXI. Ainda que ele tenha discutido o tema dos intelectuais antes da prisão fascista – principalmente em seu texto inacabado sobre questão meridional, no qual faz referência ao significado político-cultural de Benedetto Croce, entre outros – foi nos “*Quaderni del Carcere*” o espaço de maior contribuição à questão. Será, precisamente, em sua obra carcerária que o autor italiano analisará historicamente como os intelectuais se transformaram.

Para Gramsci, antes de qualquer coisa, a categoria de intelectual deveria ser compreendida a partir de uma acepção ampla. No seu caderno 12, escrito em 1932, encontra-se uma das mais conhecidas passagens sobre esse tema. Diz ele, “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais...” (Q. 12, 2001, p. 1516). De certo modo, com essa afirmação, o autor rompe com o princípio de que somente alguns ‘iluminados’ possuíam a capacidade de exercer uma tarefa intelectual. Qualquer atividade profissional específica, desempenhada na sociedade, exige certo tipo de conhecimento intelectual. Assim, tanto o cozinheiro quanto o filósofo precisam do intelecto para desempenharem suas funções. Ainda que de modo completamente diferente, ambos são responsáveis por atividades que necessitam de certo conhecimento sistematizado, isto é, o ato de elaborar pratos sofisticados ou de trabalhar os conceitos mais abstratos, não são tarefas instintivas ou espontâneas.

No entanto, Gramsci, além de pontuar de maneira abstrata o significado de intelectual, também desenvolve certas características concretas e específicas do mesmo. Tentando analisar esse tipo social na dinâmica histórica, o autor italiano desenvolve quatro categorias fundamentais para entendê-lo: o orgânico, o tradicional, o cosmopolita e o nacional-popular.

O primeiro se configura por todo aquele que desempenha atividades organicamente ligadas a determinada classe social, atividades essas que podem ser tanto de cunho filosófico e científico, quanto puramente técnico. Na Idade Média, por exemplo, a nobreza tinha à sua volta figuras como o padre e o cavaleiro, ambos fundamentais para a manutenção do *status quo*. “A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade.” (Q. 12, 2001, p. 1514-1515). Na Era capitalista, os intelectuais orgânicos passaram a assumir outras configurações específicas, ainda que mantendo as mesmas atividades de defesa da classe social fundamental. “O empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.” (Q. 12, 2001, p. 1513). Este, então, é o caráter essencial do intelectual orgânico na história humana.

Sobre os intelectuais tradicionais, Gramsci também revela profundo interesse. Para ele, são tradicionais todos aqueles intelectuais que não têm sua existência social fundada em determinada classe social. E, aqui, pode-se pensar mais uma vez o clero, que sobreviveu às Revoluções Burguesas, mas sem suas fundamentações de classe. Em outras palavras, ao sair da Idade Média e entrar no Capitalismo, a categoria dos eclesiásticos deixou de ser representante orgânica de sua classe específica, ou seja, a nobreza feudal. Assim, o padre, que foi um dos principais intelectuais orgânicos da aristocracia, na Era capitalista passou a desempenhar uma atividade tradicional. Como diz o autor, os “intelectuais tradicionais sentem com ‘espírito de grupo’ sua ininterrupta continuidade histórica e sua ‘qualificação’, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante.” (Q. 12, 2001, p. 1515). Então, de maneira geral, intelectual tradicional é aquele que não se sente e, muitas vezes, não está ligado estruturalmente a uma determinada classe social fundamental da sociedade.

Outra categoria de intelectual importante na reflexão gramsciana refere-se ao chamado cosmopolita. Para o autor, esta foi a forma específica de intelectual que marcou amplamente o Renascimento italiano. O predomínio do intelectual cosmopolita na história italiana, foi um dos

elementos principais para o caráter antipopular dos vários movimentos político-culturais existentes na península. O seu perfil caracterizado pelo não reconhecimento dos problemas específicos da vida nacional fez com que toda a sua atividade se tornasse estranha, e até oposta, aos interesses da maioria. Em outros termos, “tais intelectuais sofreram uma espécie de alienação com relação à sua própria realidade local.” (BEIRED, 1998, p. 127).

Segundo o próprio Gramsci, “para a Itália, o fato central é precisamente a função internacional ou cosmopolita de seus intelectuais, que é causa e efeito do estado de desagregação em que permaneceu a península, desde a queda do Império Romano até 1870.” (Q. 12, 2001, p. 1524). Todavia, essa herança histórico-nacional, de caráter antipopular, na visão do próprio autor, permaneceu até o seu tempo. E o grande exemplo de intelectual cosmopolita de sua época foi Benedetto Croce.

Em contraposição a essa tradição cosmopolita dos agrupamentos de intelectuais do seu país é que o autor sugere o intelectual nacional-popular. Esta forma de intelectualidade é uma concepção derivada do seu projeto nacional. Para Gramsci, a nação italiana somente assumiria um caráter popular à medida que determinados intelectuais incorporassem as questões dos subalternos como fonte de suas atividades específicas. Portanto, nacional-populares são os “intelectuais que expressam as idéias e os sentimentos populares (os ideais e paixões universais), que desenvolvem uma crítica social e apontam as contradições históricas podendo ser retomados e compreendidos pelo povo, em épocas históricas diferentes.” (SCHLESENER, 1992, p. 45).

O intelectual nacional-popular surge de modo embrionário na Itália com Nicolau Maquiavel. A preocupação do Secretário Florentino em pensar as soluções para a fragmentação da península e para a opressão das potências europeias sobre seu território dava ao *principe-condottiere*, seguindo sugestões gramscianas, a configuração de um intelectual nacional-popular. O próprio Maquiavel também pode ser entendido como uma forma originária de intelectual nacional-popular na península.

De modo geral, o autor florentino forneceu ao pensamento gramsciano um caminho para se entender o

desenvolvimento histórico italiano, funcionando quase como um cânone de interpretação histórica, que lhe permite identificar os entraves que impediram a constituição de uma

‘vontade coletiva’ nacional popular ainda durante o Renascimento e o conseqüente predomínio do cosmopolitismo entre os seus intelectuais nas fases subseqüentes de constituição da nação italiana. (NERES, 2012, p. 149).

Internacionalmente, o autor dos “*Quaderni del Carcere*” encontrou tal intelectual em três momentos fundamentais da história mundial. O primeiro corresponde ao movimento dos reformadores protestantes que, ao questionarem a Igreja de Roma, aproximaram-se do povo e contribuíram para o nascimento de um espírito de nacionalidade – tendo como ponto central a língua nacional. O segundo se refere ao processo revolucionário francês, mais especificamente do período jacobino. Em sua opinião, o jacobinismo foi o principal responsável pelo caráter nacional da Revolução Francesa de 1789, tudo graças à sua expressão popular. Ao se aproximarem dos setores populares, como os camponeses, os intelectuais jacobinos passaram, de fato, a representar a vida nacional francesa. Desse modo, transformaram-se em nacional-populares. O terceiro momento, diz respeito ao processo revolucionário russo, já no século XX. De acordo com a leitura gramsciana, os bolcheviques foram vitoriosos pelo fato de terem incorporado os principais anseios das classes populares, e isso somente foi possível graças à postura de figuras como V. Lenin, que tiveram um profundo respeito às particularidades nacionais da Rússia. Lenin foi o grande tradutor da filosofia da práxis (universal) em solo russo (particular), tarefa indispensável para transformar toda a insatisfação das classes populares numa revolução social radical em toda a vida nacional do país. O seu contato com o internacional não era um impedimento para se pensar a realidade social e nacional russa, muito pelo contrário. A inserção na dimensão mundial contribuiu ainda mais para Lenin perceber com clareza os problemas existentes na Rússia. Graças ao seu aspecto nacional-popular, o revolucionário russo conseguiu encaminhar o início de uma nova forma de sociabilidade naquele país, diferentemente de Trotski e Stalin, pois, enquanto o primeiro foi popular sem ser nacional, o segundo foi nacional sem ser popular.

De olho na Itália, Gramsci busca traduzir toda essa herança histórico-internacional popular e progressista para a península, pois, em sua época, ainda era possível sentir o peso da herança histórico-nacional elitista e cosmopolita. Ao mesmo tempo, era preciso difundir a ideia entre

os setores políticos avançados da necessidade de se conhecer amplamente e se inserir profundamente na vida nacional italiana. Somente assim seria possível ser verdadeiramente popular e progressista. Era necessário romper com a tradição cosmopolita dos movimentos político-culturais tão fortes na península. Daí a importância de se construir um Anti-Croce, já que esse filósofo, representante do elitismo e do cosmopolitismo, exercia uma profunda influência sobre os intelectuais do país.

Tudo indica que o próprio Gramsci foi o mais importante intelectual nacional-popular da Itália de sua época. Representante da tradição maquiaveliana, o autor sardo buscou exaustivamente conhecer concretamente a complexidade da vida nacional do seu país. Para as classes subalternas, tão importante quanto formar seus intelectuais orgânicos era formar seus intelectuais nacional-populares. Somente assim seria possível redirecionar os rumos da vida popular italiana, marcada pelas opressões burguesa e latifundiária. Em decorrência, efetivar-se-ia o rompimento com a concepção de nação das elites em benefício da fundação do nacional-popular – até então desprezado pela herança conservadora do cosmopolitismo.

Dentro dessas quatro categorias de intelectuais, parecem existir certas relações. Por exemplo, seguindo Gramsci, pode-se dizer que, em alguns momentos, o intelectual tradicional acaba por se aproximar do cosmopolita, pois, em certo sentido, ambos se descolam, seja da classe social fundamental, seja da vida concreta nacional. Portanto, ambos não apresentam os elementos suficientes para se construir um movimento popular capaz de alterar as bases sociais da velha sociedade. Já a relação que se pode estabelecer entre o intelectual orgânico e o nacional-popular se fundamenta por meio de outros princípios. Tanto um quanto o outro desempenham suas atividades intimamente ligadas aos anseios de determinada classe social. Neste sentido, a criação de um movimento político-cultural progressista, disposto a alterar o *status quo* elitista e conservador da sociedade italiana, deveria, necessariamente, buscar a união entre eles.

Entretanto, independentemente dessas relações, e seguindo as sugestões gramscianas, é interessante notar que o intelectual nacional-popular é, indiscutivelmente, o único voltado ao avanço histórico das classes progressistas. Isto porque, no caso das demais categorias, o intelectual não é uma conformação necessariamente popular e

revolucionária; diferentemente do nacional-popular que, como foi ressaltado, é historicamente inconcebível pelas elites e pelos movimentos conservadores já existentes e consolidados.

Na Itália a tarefa de concretização do intelectual nacional-popular deveria levar em conta diversas questões e mediações. Por exemplo, as instituições escolares, desempenhavam – ao lado dos partidos políticos, entre outros – papéis fundamentais para esse projeto político-cultural. Gramsci formulou, no seu caderno 12, a necessidade de se construir a chamada escola unitária que, em linhas gerais, tinha como função unir teoria e prática na formação dos indivíduos. No entanto, o autor amplia tal princípio às já estabelecidas instituições educacionais. Para ele, era preciso romper com as posturas adotadas pelas universidades e as academias de sua época, pois, tanto uma quanto a outra se baseavam, justamente, na distinção entre intelectual/povo. Como afirma: “as Academias são o símbolo, ridicularizado freqüentemente com razão, da separação existente entre a alta cultura e a vida, entre os intelectuais e o povo [...]” (Q. 12, 2001, p. 1538). Em termos educacionais amplos, o vínculo teoria/prática, pensado inicialmente para as escolas unitárias, deveria se expandir para as demais relações sociais e culturais. Isto significaria unificar os vários tipos de organização cultural existentes: “Academias, Institutos de cultura, círculos filológicos, etc., integrando o trabalho acadêmico tradicional – que se expressa sobretudo na sistematização do saber passado ou na busca da fixação de uma média do pensamento nacional como guia da atividade intelectual – com atividades ligadas à vida coletiva, ao mundo da produção e do trabalho.” (Q. 12, 2001, p. 1538-39).

Esse projeto educacional buscava dar vida a toda produção intelectual existente nas referidas instituições, pois eram, na maioria das vezes, ‘cemitérios de cultura’. Então, a formação de um intelectual vinculado à sua vida nacional deveria ser pensada também a partir desse aspecto.

Tais elementos também visavam solucionar um problema antigo da península – e não resolvido pelo Partido de Ação – no *Risorgimento*, que era a obtenção de “uma centralização e um impulso da cultura nacional que fossem superiores aos da Igreja Católica.” (Q. 12, 2001, p. 1539).

A figura do intelectual, então, coloca-se como indispensável não apenas para um projeto nacional, mas para qualquer proposta social inovadora que busque se transformar em vida concreta.

Sobre o processo de criação de uma nova configuração de intelectual, diz Gramsci:

Uma das características dos intelectuais como categoria social cristalizada (isto é, que concebe a si mesma como continuação ininterrupta na história e, portanto, independentemente da luta dos grupos e não como expressão de um processo dialético, pelo qual todo grupo social dominante elabora uma categoria de intelectuais própria) é, precisamente, a de relacionarem-se, na esfera ideológica, com uma categoria intelectual precedente, através de uma idêntica nomenclatura de conceitos. Todo novo organismo histórico (tipo de sociedade) cria uma nova superestrutura, cujos representantes especializados e porta-vozes (os intelectuais) só podem ser concebidos também como ‘novos’ intelectuais, surgidos da nova situação, e não como a continuação da intelectualidade precedente. Se os ‘novos’ intelectuais se colocam como continuação direta da *intelligentsia* precedente, não são verdadeiramente ‘novos’, isto é, não são ligados ao novo grupo social que representa organicamente a nova situação histórica, mas são um rebotalho conservador e fossilizado do grupo social historicamente superado (o que, de resto, é o mesmo que dizer que a nova situação histórica ainda não atingiu o grau de desenvolvimento necessário para ter a capacidade de criar novas superestruturas, mas vive ainda no invólucro carcomido da velha história.) (Q. 11, 2001, p. 1406-07).

O novo intelectual, portanto, não é somente expressão das alterações nas estruturas da sociedade, mas também é fruto de sua postura de rompimento crítico com as antigas superestruturas. Em outras palavras, o novo intelectual exige tanto o surgimento de uma nova sociedade, quanto o estabelecimento de uma nova relação dos indivíduos e dos grupos com o mundo da cultura precedente. A proposta, em decorrência, é a de se firmar, também, um novo vínculo entre cultura/massas e entre intelectuais/massas. E isso não significa uma

cultura de classe, isolada em si mesma, que se contraponha como um bloco estanque a uma outra cultura, mas sim a visão de uma nova hegemonia cultural que se constrói na relação crítica com a cultura tradicional, com a assimilação de suas contribuições, com a conquista de novas aquisições, no quadro de uma concepção do mundo. (GRUPPI, 2000, p. 88).

No caso específico das classes subalternas, seus intelectuais deveriam, indispensavelmente, possuir uma concepção de mundo oposta à tradicional visão elitista e antipopular. Sem essa nova orientação intelectual e moral, não há uma efetiva relação entre intelectuais e grupos subalternos. A consolidação de um projeto nacional progressista está intimamente ligada à construção desse novo intelectual, de modo que, sem ele, o fundamental vínculo entre vida nacional e classes populares não se concretiza. Então, para o nacional-popular existir, a criação do novo intelectual é indispensável, sobretudo tendo em vista uma tradição como a da Itália. Como foi ressaltado, os exemplos históricos nos quais é possível visualizar tal inovação foram o reformador do catolicismo, o francês-jacobino, o russo-soviético e, em menor grau, até o americano-yankee; internamente à península, a referência era o príncipe-maquiaveliano.

Ainda reconhecendo que nem sempre o passado nacional deve ser afastado e negado – e, aqui, se destaca o legado de Maquiavel –, na maioria dos casos, era necessário superar a postura dos intelectuais italianos, marcados pela tradição cultural cosmopolita e conservadora. Eles não se relacionavam e nem incorporavam os interesses do povo, o que, como já foi visto, correspondia a uma das principais causas da separação entre vida nacional e classes populares.

Até mesmo na história francesa, Gramsci percebe o específico momento em que o nacional se encontra separado do popular: “1870 e 1871 presenciaram, na França, duas terríveis derrotas: a nacional, que pesou sobre intelectuais burgueses; e a popular, a derrota da Comuna, que pesou sobre os intelectuais revolucionários.” (Q. 11, 2001, p. 1498). Por mais que tenha existido, num primeiro momento, a tentativa de conciliação entre o nacional e o popular no projeto social burguês, os jacobinos exemplificam isso, e essas duas dimensões da vida social se

mostraram incompatíveis no âmbito do mundo capitalista. Em tal sociabilidade não há nacional-popular.

Essa constatação ajudou Gramsci a refletir a unidade entre esses dois aspectos da realidade. No caso da Itália, isso significaria a superação das velhas tradições, não solucionadas pela burguesia, anunciando, ao mesmo tempo, um novo projeto nacional e uma saída progressista aos problemas da península.

Para o autor, a relação entre a esfera do popular e do intelectual deveria ser fundamentada na ajuda mútua, na qual cada um contribui naquilo que lhe é intrínseco. Se, por exemplo, “o elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, menos ainda, ‘sente’.” (Q. 11, 2001, p. 1505). Portanto, de acordo com essa leitura, um necessita do outro para se desenvolver. Um dos erros do intelectual está em acreditar que é possível saber sem sentir o povo-nação, isto é, sem estar intimamente ligado à sua realidade e à sua vida,

sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção de mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o ‘saber’; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência deste nexos, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal; os intelectuais se tornam uma casta ou um sacerdócio [...] Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o ‘bloco histórico’. (Q. 11, 2001, p. 1505-06).

Nesse sentido, o intelectual nacional-popular surge aqui como um antropólogo, sem as pressões da ciência acadêmica. O princípio de que tal intelectual deve compreender em profundidade as paixões e os sentimentos do popular é um elemento decisivo na superação das relações burocráticas e formais entre dirigente e dirigido. Com isso, o intelectual poderia, a partir de uma “linguagem teórica e política nova”, estabelecer uma comunicação com os subalternos “para além dos jargões do especialista”. (BUEY, 2003, p. 27). Neste caso, a compreensão não está ligada à mediação acadêmico-científica, necessária para a construção do conhecimento oficial, mas está atrelada à lógica das correlações de forças políticos-culturais existentes na história. Em certo sentido, “[...] Gramsci acabou vendo muito bem o risco que os intelectuais correm ao fazer uso da ironia e do sarcasmo, a partir de uma situação privilegiada, em sua comunicação com os que não têm nada ou quase nada (que não têm, já de imediato, nem sequer o domínio da palavra escrita).” (BUEY, 2003, p. 38). É por esse caminho, rompendo com o pressuposto da separação sujeito/objeto, que o intelectual, enquanto miscível ao nacional-popular, pode elevar a visão de mundo das classes subalternas. Ao que tudo indica, somente assim é possível materializar a dialética entre senso comum – concepções folclóricas, manifestações culturais e políticas fragmentadas e diversas – e visão de mundo crítica e coerente, como é o caso da filosofia da práxis. Somente dessa maneira o olhar do intelectual sobre a sociedade e a sua representação social deixariam de expressar o tradicional movimento de casta, elitista e antipopular. O alcance de seus interesses históricos deve ser o mesmo do exigido pelo popular. Lembrando que, no âmbito das concepções de mundo, uma das funções do intelectual nacional-popular é, justamente, superar certas visões tradicionais e atrasadas das classes subalternas.

Tal inovação nas relações sociais entre intelectuais e povo – na qual as massas populares passariam, ativamente, a fazer parte de um determinado movimento coletivo – significaria, pelo menos na Itália, a efetivação de uma inédita reforma intelectual e moral. De certa forma, ela poderia se desdobrar na unificação entre Reforma e Renascimento, num mesmo esforço político-social, isto é, na junção entre a radicalidade política e o humanismo. Em outras palavras, significaria a criação de uma nova cultura integral, fundada, ao mesmo tempo, nas “características de massa da Reforma protestante e do iluminismo francês” e nos elementos

de “classicidade da cultura grega e do Renascimento italiano”. Uma cultura que, “retomando as palavras de Carducci, sintetize Maximilien Robespierre e Emmanuel Kant, a política e a filosofia, numa unidade dialética intrínseca a um grupo social não só francês ou alemão, mas europeu e mundial.” (Q. 10, 2001, p. 1233). Certamente, tudo isso foi pensado visando não apenas a construção de uma nova nação, mas, sobretudo, uma nova sociabilidade. Todavia, para se concretizar, tal reforma deveria superar a tradicional herança histórico-nacional italiana, fundada no distanciamento entre intelectual e massas populares.

No âmbito da relação conservadora, é ressaltada nos “*Quaderni del Carcere*” até mesmo a maneira como os intelectuais italianos entendiam o popular, muitas vezes como humildes. Para Gramsci, esta visão

é característica para compreender a atitude tradicional dos intelectuais italianos em face do povo e, conseqüentemente, o significado da ‘literatura para os humildes’. Não se trata da relação contida na expressão dostoiévskiana ‘humilhados e ofendidos’. É poderoso em Dostoiévski o sentimento nacional-popular, isto é, a consciência de uma missão dos intelectuais diante do povo, que talvez seja ‘objetivamente’ constituído por ‘humildes’, mas deve ser libertado desta ‘humildade’, transformado, regenerado. No intelectual italiano, a expressão ‘humilde’ indica uma relação de proteção paterna e divina, o sentimento ‘auto-suficiente’ de uma indiscutível superioridade, a relação como entre duas raças, uma considerada superior e outra inferior, a relação que se dá entre adulto e criança na velha pedagogia, ou pior ainda, uma relação do tipo ‘sociedade protetora dos animais’ ou do tipo Exército da Salvação anglo-saxônico diante dos canibais da Papuásia. (Q. 21, 2001, p. 2112).

No interior da dimensão do nacional-popular, o intelectual pode se relacionar com as classes subalternas de um modo distinto, mesmo quando comparado ao orgânico – que, de resto, seria a alternativa mais próxima a essa relação conservadora entre intelectual/massa. Diferentemente do intelectual orgânico, o intelectual nacional-popular parece possuir características de maior amplitude, não se restringindo ao âmbito da luta político-econômica muitas vezes imediata. Por exemplo, o mundo da produção, de fato, exige do trabalhador certa racionalização e

técnica para o desempenho das tarefas, no entanto, esta dimensão formal esconde uma vida anterior, fundada no folclore e na multiplicidade cultural. O intelectual nacional-popular deve, portanto, ultrapassar esse momento formalizado e compreender profundamente as origens deste trabalhador, pois esta dimensão extraprodução é fundamental para o entendimento da subjetividade do popular. O operário da indústria é o mesmo que acredita nas diversas manifestações mitológicas, isto é, a condição de trabalhador especializado não elimina, necessariamente, a sua visão folclórica do mundo. Somente dessa maneira um projeto político-cultural se efetiva como alternativo ao sistema capitalista. O trabalhador de um determinado país, por mais que esteja inserido num gerenciamento produtivo global, pode ser considerado como igual a um outro operário de outra nação? Talvez nem mesmo no interior da fábrica eles sejam semelhantes, afinal a vida pré-mundo da produção, que está localizada nacionalmente, persegue-o com sua complexidade e intensidade, e o define em suas atividades – mesmo nas mais sofisticadas. Em consequência, a universalização do sistema também não ocorre sem específicas resistências, sejam elas materiais ou culturais. E o trabalho de investigador das minúcias nacionais, sob responsabilidade do intelectual nacional-popular, é indispensável para efetivar uma tal luta.

Em certo sentido, o intelectual orgânico pode ser visto como uma mediação necessária entre o intelectual (compreendido de modo universal-abstrato) e o intelectual nacional-popular (expressão do particular).

Daí a importância em compreender a inserção da literatura dostoiévskiana no âmbito do nacional-popular. Devido ao seu trabalho extremamente complexo de busca da humanidade do povo russo, Dostoiévski provavelmente não poderia ser definido como um intelectual orgânico. O seu realismo literário não está ligado a nenhum tipo de propaganda política, o que não significa apoliticismo, mas sim, vinculado aos mais profundos conflitos do ser humano (russo), em suas limitações e potencialidades.

Em Gramsci, de fato, existe uma definição dos intelectuais enquanto organizadores e mediadores do consenso, isto é, como ideólogos e porta-vozes da classe no poder. No entanto,

ela não esgota de nenhum modo o campo da pesquisa gramsciana, posto que Gramsci retorna permanentemente a discussão em torno da *especificidade* de certas práticas

intelectuais e artísticas. O artista não é *grande* em função da justeza do conteúdo ideológico de sua obra. Do mesmo modo, o filósofo tradicional, com toda a idiotice que lhe é legada por sua profissão, com todo seu espírito de casta, detém, indubitavelmente, conhecimento sobre a história da filosofia. (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 54, itálico do autor).

De um ponto de vista etimológico, Gramsci faz uma relação fundamental entre os significados das palavras ‘nacional’ e ‘popular’, relação esta assumida em alguns países, e o perfil do intelectual italiano. Diz ele:

Deve-se observar o fato de que, em muitas línguas, ‘nacional’ e ‘popular’ são sinônimos ou quase (é o caso em russo; é o caso em alemão, onde *volkisch* tem um significado ainda mais íntimo, de raça; é o caso nas línguas eslavas em geral; em francês, ‘nacional’ tem um significado no qual o termo ‘popular’ já é mais elaborado politicamente, porque ligado ao conceito de ‘soberania’: soberania nacional e soberania popular têm ou tiveram igual valor). Na Itália, o termo ‘nacional’ tem um significado muito restrito ideologicamente e, de qualquer modo, não coincide com ‘popular’, já que na Itália os intelectuais estão afastados do povo, ou seja, da ‘nação’; estão ligados, ao contrário, a uma tradição de casta, que jamais foi quebrada por um forte movimento político popular ou nacional vindo de baixo: a tradição é ‘livresca’ e abstrata, e o intelectual moderno típico sente-se mais ligado a Annibal Caro (tradutor) ou a Ippolito Pindemonte (poeta) do que a um camponês da Púglia ou da Sicília. O termo ‘nacional’ de uso corrente está ligado na Itália a esta tradição intelectual e livresca: daí a facilidade tola (e, no fundo, perigosa) de chamar de ‘antinacional’ qualquer pessoa que não tenha esta concepção arqueológica e carcomida dos interesses do país. (Q. 21, 2001, p. 2116).

Gramsci, portanto, insere a figura do intelectual no centro das discussões referentes ao nacional-popular, pelo menos no caso italiano. Em outras palavras, demonstra como a partir da herança elitista e cosmopolita dos intelectuais da península o nacional e o popular, mesmo

em termos etimológicos, não apresentavam qualquer proximidade. Na península, tradicionalmente, o nacional era sinônimo de erudito, e o popular era sinônimo de província.

De fato, entre os italianos, as expressões ‘nação’ e ‘nacional’ tinham “um significado muito mais limitado do que, em outras línguas, têm as palavras correspondentes registradas nos dicionários.” (Q. 5, 2001, p. 640). E, certamente, isto tinha como uma de suas determinações a separação dos intelectuais em relação ao povo.

Muitos intelectuais italianos chegavam até mesmo a defender que “no exterior, as pessoas eram mais honestas, mais capazes e mais inteligentes do que na Itália.” Isso, “além de ser uma estupidez, é um índice importante de ausência de espírito nacional-popular.” (Q. 23, 2001, p. 2204). No entanto, essa conduta moral e intelectual não era uma exclusividade dos italianos, dado a sua presença em outros países. A chamada ‘mania pelo estrangeiro’, tende, então, a ser uma atitude não apenas dos intelectuais da Itália. Nas palavras do autor: “este estado de espírito não parece ter sido característico apenas de alguns grupos intelectuais italianos, mas parece ter ocorrido, em determinadas épocas de envilecimento moral, também em outros países.” (Idem).

Na península, Maquiavel, em seu “O príncipe”, era uma das únicas referências político-culturais para se pensar a relação nacional-popular entre dirigente/dirigido.

2 DO PRÍNCIPE AO ‘MODERNO PRÍNCIPE’

Gramsci conseguiu identificar uma preocupação fundamental de Maquiavel em fortalecer um príncipe capaz de unificar, a partir de uma base popular, a península. Na época do florentino, o poder de um príncipe era uma das únicas forças existentes, em condições de impulsionar e concretizar a Monarquia Absoluta – a organização político-estatal mais avançada do momento. Com a complexificação das sociedades nos últimos séculos, essa força política não poderia mais ser entendida como uma individualidade concretamente dada na realidade, mas deveria ser vista a partir de outra forma organizativa. Tal organismo deveria acompanhar a complexidade da sociedade, ser a expressão concreta e ativa da vontade coletiva. E esse elemento já estava “dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual

se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais [...]” (Q. 13, 2001, p. 1558). Como organizador de uma vontade coletiva, o partido assume uma importante posição na construção de um bloco nacional-popular.

Continuando, o ‘moderno príncipe’ deveria ser analisado do seguinte modo:

Se se devesse traduzir em linguagem política moderna a noção de ‘Príncipe’, da mesma forma como ela se apresenta no livro de Maquiavel, seria necessário fazer uma série de distinções: ‘príncipe’ poderia ser um chefe de Estado, um chefe de Governo, mas também um chefe político que pretende conquistar um Estado ou fundar um novo tipo de Estado; neste sentido, a tradução de ‘príncipe’ em linguagem moderna poderia ser ‘partido político’. (Q. 5, 2001, p. 661-62).

Nas sociedades contemporâneas o partido político surge como um agente capaz de colocar em movimento as novas transformações sociais exigidas. Ao contrário da época de Maquiavel, a vontade coletiva nacional-popular não pode mais ser encarnada em um indivíduo isolado, pois,

no mundo moderno, só uma ação histórico-política imediata e iminente, caracterizada pela necessidade de um procedimento rápido e fulminante, pode se encarnar miticamente num indivíduo concreto; a rapidez só pode tornar-se necessária diante de um grande perigo iminente, grande perigo que cria precisamente, de modo fulminante, o fogo das paixões e do fanatismo, aniquilando o senso crítico e a corrosividade irônica que podem destruir o caráter ‘carismático’ do *condottiero*. Mas uma ação imediata desse tipo, por sua própria natureza, não pode ser ampla e de caráter orgânico: será quase sempre do tipo restauração e reorganização, e não do tipo peculiar à fundação de novos Estados e de novas estruturas nacionais e sociais (como era o caso no *Príncipe* de Maquiavel, onde o aspecto de restauração era só um elemento retórico, isto é, ligado ao conceito literário da Itália descendente de Roma e que devia restaurar a ordem e a potência de Roma) [...] (Q. 13, 2001, p. 1558, itálico do autor).

Então, aquele príncipe identificado por Maquiavel, o ‘herói’ pessoal, capaz de incorporar e organizar a vontade coletiva e fundar um novo Estado, assume outra forma. O que no século XVI significava projeto político-social progressista, nos séculos XIX e XX representava regressão. Enquanto “Maquiavel considerava o príncipe individual, Gramsci considerava o príncipe moderno: o partido revolucionário engajado num diálogo constante e produtivo com sua própria base de apoio.” (COX, 2007, p. 105).

As análises de Marx sobre o golpe de Estado liderado por Napoleão III na França parecem estar presentes nessa formulação gramsciana. Portanto, as ideias de Maquiavel deveriam ser traduzidas nos termos reais, existentes no cenário político da história recente. Contemporaneamente às suas reflexões, Gramsci parece ter como interlocutor o próprio movimento fascista, liderado por um indivíduo: Benito Mussolini, representante de uma vontade coletiva anti-nacional-popular. Como o autor demonstra, esses movimentos tendem a destruir o senso crítico e fomentar o fanatismo, terreno propício para o estabelecimento de formas de nacionalismos conservadores e até reacionários. No caso do fascismo, isso foi acompanhado por um forte combate sobre as instituições político-culturais progressistas e populares. Diante de tal situação, o elo entre o nacional e o popular não tem como se consolidar. Então, para que o projeto maquiaveliano, de fundação de novos Estados e novas estruturas nacionais, pudesse continuar vivo na realidade, o moderno príncipe deveria ser entendido como partido político. De certo modo, o alcance e a importância da organização partidária para o projeto nacional gramsciano fica em evidência quando se diz que

O partido é essencialmente político e até mesmo sua atividade cultural é atividade de política cultural; as ‘instituições’ culturais devem ser não apenas de ‘política cultural’, mas de ‘técnica cultural’. Exemplo: num partido existem analfabetos e a política cultural do partido é a luta contra o analfabetismo. Um grupo formado para lutar contra o analfabetismo não é ainda, estritamente, uma ‘escola para analfabetos’; numa escola para analfabetos, ensina-se a ler e a escrever; num grupo formado para lutar contra o

analfabetismo, planejam-se todos os meios mais eficazes para extirpar o analfabetismo das grandes massas da população de um país, etc. (Q. 6, 2001, p. 790-91).

Então, a relevância de uma instituição como o partido político é indispensável para organizar a vida social e para impulsionar uma determinada vontade coletiva voltada ao nacional-popular. Traduzida em

linguagem peculiar de Gramsci, a tarefa do ‘moderno Príncipe’ consistiria em superar os resíduos corporativistas (os momentos ‘egoístico-passionais’) da classe operária e contribuir para a formação de uma *vontade coletiva nacional-popular*, ou seja, de um grau de consciência capaz de permitir uma iniciativa política que englobe a totalidade dos estratos sociais de uma nação, capaz de incidir sobre a universalidade diferenciada do conjunto das relações sociais. (Coutinho, 2003, p. 169, itálico do autor).

O moderno príncipe é para “Gramsci um unificador, um grande reformador intelectual e moral. Maquiavel tinha em mente um reformador desse tipo; mas, em sua época, ele não pôde existir. Na nossa época, tal reformador é o partido.” (GRUPPI, 2000, p. 74).

Gramsci identificou as origens da não consolidação da vontade coletiva nacional-popular no tempo de Maquiavel como resultado da herança do Império Romano, do caráter cosmopolita dos intelectuais renascentistas e do significado para a Itália da sede internacional da Igreja Católica em Roma. Em sua época, o autor se pergunta: “existem finalmente as condições para esta vontade, ou seja, qual é a relação atual entre estas condições e as forças opostas?” (Q. 13, 2001, p. 1560). A resposta pode ser afirmativa, pelo fato da história moderna já haver fornecido os elementos político-culturais necessários para o surgimento de tal fenômeno. Um exemplo foi a experiência jacobina que criou e organizou determinada vontade coletiva nacional-popular e fundou o Estado moderno. Um movimento coletivo deveria ser entendido, também, como fruto de uma

elaboração de vontade e pensamento coletivos, obtidos através do esforço individual concreto, e não como resultado de um processo fatal estranho aos indivíduos singulares: daí,

portanto, a obrigação da disciplina interior, e não apenas daquela exterior e mecânica. Se devem existir polêmicas e cisões, é necessário não ter medo de enfrentá-las e superá-las: elas são inevitáveis nestes processos de desenvolvimento e evitá-las significa somente adiá-las para quando já forem perigosas ou mesmo catastróficas, etc. (Q. 6, 2001, p. 751).

Somente a partir de movimentos com tal princípio é que pode se efetivar uma democracia real, uma real vontade coletiva nacional, capaz de diluir a força da passividade existente nos indivíduos e de barrar o avanço das diversas formas de despotismos. A vontade coletiva nacional-popular não é uma força que depende apenas do grupo; a energia particular do indivíduo, como é destacado, é tão importante quanto. Muitas vezes, é o vigor do indivíduo o responsável pelo enraizamento ou não de concepções sectárias e antipopulares num dado ambiente político e cultural.

O jacobinismo que, em certa medida, expressou a energia individual, deveria ser visto como um acontecimento fundamental para ser traduzido para a Itália em termos de herança histórico-internacional progressista.

Continuando a sua resposta à pergunta anterior, Gramsci diz que no seu país, “tradicionalmente, as forças opostas foram a aristocracia rural e, de modo mais geral, a propriedade agrária em seu conjunto, com seu característico traço italiano, que é o de ser uma específica ‘burguesia rural’, herança de parasitismo legada aos tempos modernos pela dissolução, como classe, da burguesia comunal.” (Q. 13, 2001, p. 1560). Entretanto, é reconhecida também a existência de uma força antagonista à essa herança histórico-nacional, tendo a frente “grupos sociais urbanos, adequadamente desenvolvidos no campo da produção industrial e que tinham alcançado um determinado nível de cultura histórico-política.” (Idem). Tudo indica que os referidos grupos se articulam em torno do movimento operário, bastante ativo no cenário político-social italiano entre as décadas de 1910-1920. Então, as condições objetivas e subjetivas para a construção de uma vontade coletiva nacional-popular já estavam determinadas historicamente.

Por outro lado, tais grupos urbanos somente poderiam concretizar uma vontade coletiva na Itália uma vez unidos com as massas camponesas. Nas palavras do autor:

Qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem *simultaneamente* na vida política. Isso é o que Maquiavel pretendia através da reforma da milícia, isso é o que os jacobinos fizeram na Revolução Francesa; na compreensão disso, deve-se identificar um jacobinismo precoce de Maquiavel, o germe (mais ou menos fecundo) de sua concepção de revolução nacional. (Q. 13, 2001, p. 1560, itálico do autor).

Portanto, é com a união desses grupos sociais que Gramsci identifica, em sua época, a criação de uma vontade coletiva capaz de efetuar o bloco nacional-popular. E, mesmo reconhecendo que, no âmbito europeu, “toda a história depois de 1815 mostra o esforço das classes tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva desse tipo [...]” (Idem), para ele, os elementos históricos para concretizar um projeto nacional popular progressista estavam dados.

No período pré-carcerário, Gramsci não só presenciou como também ajudou a organizar uma tentativa de pôr em movimento, na vida nacional italiana, o projeto maquiaveliano. Isso ocorreu no momento em que ele era um dos editores da revista de cultura socialista “*L’Ordine Nuovo*”, quando os operários de Turim assumiram o controle das fábricas, em 1919-1920. E foi justamente por não incorporar as forças camponesas – devido à recusa dos dirigentes do PSI (Partido Socialista Italiano) e da CGL (Confederação Geral do Trabalho) em apoiar os interesses dos trabalhadores da cidade e do campo – que esse movimento não saiu vitorioso. Em outros termos, não foi possível transformar o popular em nacional. Entre os intelectuais, com destaque para Croce, também não foram direcionadas manifestações de defesa ou apoio aos operários, até mesmo em decorrência do medo do surgimento de uma força jacobina.

De qualquer forma, mesmo com a derrota, as classes populares da Itália continuavam sendo as herdeiras diretas da filosofia de Maquiavel, tal como o trabalhador alemão foi tido como herdeiro da filosofia clássica alemã. Potencialmente, elas eram as que poderiam melhor incorporar e transformar em linguagem moderna os problemas e as soluções da questão nacional formulada pelo florentino.

Mesmo não se tornando senso comum na vida nacional italiana, o projeto maquiaveliano continuava vivo. Como o próprio Gramsci diz: “o maquiavelismo serviu para melhorar a técnica política tradicional dos grupos dirigentes conservadores, tal como a política da filosofia da práxis; isto não deve ocultar seu caráter essencialmente revolucionário, que é sentido ainda hoje e que explica todo o anti-maquiavelismo [...]” (Q. 13, 2001, p. 1601). Em outras palavras,

com o estudo de Maquiavel e um conhecimento profundo de toda a maquiavelística, Gramsci tenta destruir o uso reacionário que fazem do secretário florentino tanto as culturas liberal e católica quanto aquela fascista. E, como sempre ocorre em seu trabalho, esta primeira intenção é superada – e Maquiavel se converte, nos *Cadernos do cárcere*, na metáfora política por excelência, organicamente inserida em seu projeto crítico da modernidade *für emig.* (KANOSSI, 2003, p. 145, itálico do autor).

Neste sentido, toda a

singularidade e complexidade da questão nacional italiana, posta antes do processo de unificação da Itália por Maquiavel, recebe em Gramsci desdobramentos e desenvolvimentos significativos, que estabelecem a ligação desse momento com a época do *Risorgimento*, quando a questão da direção política na construção do Estado-nação enfrenta, ainda, os elementos da situação econômico-corporativa, da divisão do poder temporal e secular, dos resíduos feudais da situação agrária, das elites tradicionais e da situação camponesa, agravados no quadro capitalista. (SILVA, 1989, p. 51-52, itálico do autor).

Nos “*Quaderni del Carcere*” é desvendado um aspecto fundamental do pensamento maquiaveliano, a saber: até “Maquiavel, a filosofia se havia ocupado principalmente do modo como o poder é ou deve ser exercido. Maquiavel havia se proposto também o problema de saber como se pode conquistá-lo, que era afinal precisamente o problema do ‘principado novo’: o mesmo problema, mudados os tempos e as circunstâncias, do partido revolucionário.” (BOBBIO, 2002, p. 116).

Ainda sobre a derrota do movimento turinês, uma de suas consequências foi a fundação do PCI (Partido Comunista da Itália), em 1921. Segundo Gramsci, e outros intelectuais comunistas, o PSI não tinha mais condições de representar as classes populares da península, era preciso fundar um novo partido. E, aqui, é pertinente voltar à questão do moderno príncipe. De acordo com o autor sardo,

O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. Estes dois pontos fundamentais – formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante, e a reforma intelectual e moral – deveriam constituir a estrutura do trabalho. (Q. 13, 2001, p. 1560-61).

Uma vez sendo importante na construção de uma vontade coletiva nacional-popular, o partido acaba se colocando como central também para a formação da nova nação. Isso porque, para se concretizar a união entre o nacional e o popular, é preciso possuir instituições capazes de penetrar nas classes populares.

De modo geral, em cada país esse partido “deveria estudar a realidade nacional e ‘nacionalizar-se’, assim como fizera o partido bolchevique.” (LEPRE, 2001, p. 257). Na Itália, o moderno príncipe poderia ser decisivo na superação de uma questão bastante complexa, a saber, na desprovincianização da política, da cultura, dos costumes etc. dos vários grupos sociais e populares. Na prisão, Gramsci escolheu para si justamente esta “tarefa de dar um fundamento de análise sólido à nacionalização do PCI...” (Idem). Em outras palavras, uma das principais funções do partido frente aos interesses da classe representada, não é a de prestar assistência sobre as atividades produtivas imediatas ou econômico-corporativas, pois, para isso, existem os sindicatos profissionais. Na leitura gramsciana: “No partido político, os elementos de um grupo social econômico superam este momento (o econômico-corporativo) de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de

caráter nacional e internacional.” (Q. 12, 2001, p. 1523). O partido deve se colocar como um organismo capaz de retirar, organicamente, dos setores a ele ligados tanto a luta política estreita e imediata, a qual, muitas vezes, está relacionada aos interesses econômicos, quanto a consciência espacialmente provinciana. Assim, o partido político acaba sendo uma instituição fundamental da sociedade civil através da qual é possível alcançar não apenas o espaço nacional, como também o internacional. Ele, além de formar parte dos intelectuais orgânicos do seu grupo social específico, também contribui para a formação cultural intelectual de uma percepção e de um sentimento de maior alcance – tanto nacional quanto internacional. E, por esse motivo, ele deve ser considerado nos projetos de um movimento nacional-popular. Nesse sentido, a imagem que o autor tinha do partido era diferente de qualquer outra. “Mais do que uma organização política, era uma verdadeira escola de filosofia, uma universidade de vida, um exército, um lugar de convergência social, um ponto de encontro e, acima de tudo, um vínculo coletivo e duradouro de fraternidade, um lugar de pertencimento real.” (LESTER, 2003, p. 165).

Nenhuma dessas questões era distante das análises teóricas feitas por Gramsci, quando era dirigente do PCI.

O princípio da reforma intelectual e moral, ou seja, da construção de uma nova cultura, é precisamente o processo de transformação subjetiva e ideológica no qual o nacional-popular pode se consolidar sobre a vida nacional. No trabalho de reformar a cultura e os valores do popular, o intelectual nacional-popular – entendido como um antropólogo sem as pressões acadêmico-científicas – é uma mediação indispensável. Ele contribui para a coesão do bloco nacional-popular à medida que provoca no popular uma concepção de mundo de maior alcance, superando os limites da província.

A presença do partido deve se dar de modo orgânico junto às massas populares, pois o grau de aproximação com a realidade efetiva das classes subalternas é o elemento que determina a importância do moderno príncipe. Para o autor, um partido político possui maior ou menor significado e importância à medida que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país. (Q. 13, 2001).

Situando de um modo ampliado a instituição partidária, ela, no interior da relação nacional/internacional, assume o seguinte caráter: “de resto, as relações internacionais reagem passiva e ativamente sobre as

relações políticas (de hegemonia dos partidos).” Dessa forma, o autor coloca o partido político como um organismo que age não apenas no terreno nacional. Diz ainda, “quanto mais a vida econômica imediata de uma nação se subordina às relações internacionais, tanto mais um determinado partido representa esta situação e a explora para impedir o predomínio dos partidos adversários.” De certo modo, essas palavras revelam um grande alcance histórico e explicativo, permanecendo bastante atual. Continuando, expõe:

[...] pode-se chegar à conclusão de que, com frequência, o chamado ‘partido do estrangeiro’ não é propriamente aquele que é habitualmente apontado como tal, mas precisamente o partido mais nacionalista que, na realidade, mais do que representar as forças vitais do próprio país, representa sua subordinação e servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas. (Q. 13, 2001, p. 1562-63).

Ao ressaltar isso, Gramsci parece dialogar com uma tradição política italiana defensora de concepções nacionalistas, mas que, em sua essência, beneficiava os interesses estrangeiros.

No cenário das lutas entre nações, o partido é posto também como uma instituição fundamental. Diz ele, “*Jamais* devemos esquecer que, na luta entre as nações, cada uma delas está interessada em que a outra se enfraqueça por meio das lutas internas e que os partidos são exatamente os elementos das lutas internas. [...]”. Para completar, ainda argumenta: “na história do chamado princípio de nacionalidade, as intervenções estrangeiras a favor dos partidos nacionais que perturbavam a ordem interna dos Estados antagonistas são numerosas...” (Q. 14, 2001, p. 1735). Aqui, também parece haver uma significativa atualidade.

De maneira geral, Gramsci, através de sua reflexão sobre o moderno príncipe, figura-se entre os principais autores contemporâneos que contribuem para a realização de uma leitura popular e progressista sobre o pensamento do Secretário – muitas vezes alvo de apropriações autoritárias. Além disso, o comunista sardo, ao traduzir de maneira original o pensamento maquiaveliano, contribuiu para uma rica atualização do autor de “O Príncipe”, este, escrito há 500 anos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência de Maquiavel sobre o pensamento político-cultural de Gramsci está presente em vários pontos. E isso, o autor dos *“Quaderni del Carcere”* deixa explícito em suas notas carcerárias. É certo que ele não tenha, de modo algum, abandonado a perspectiva internacional do movimento político-social dos subalternos, porém, a sua preocupação com o momento nacional da luta radical frente ao capitalismo, não foi relegada. Gramsci percebe como poucos marxistas a importância de se entender com organicidade a particularidade nacional da transição socialista. E, dentro dessa perspectiva, tem em Maquiavel uma referência central para analisar o processo histórico específico da Itália.

Seja como referência para pensar o intelectual, mais especificamente o nacional-popular, seja para avançar o seu entendimento sobre o partido, isto é, o moderno príncipe, Maquiavel oferece ao dirigente do PCI contribuições inquestionáveis. Por sua vez, ao analisar de forma rica e original a obra do Secretário Florentino, Gramsci também contribui para que, ainda neste início de XXI, aquele autor continue sendo atual – mesmo após cinco séculos.

Notas

¹ Professor de Ciência Política da UFGD. Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Endereço eletrônico: claudio.reiss@yahoo.com.br.

REFERÊNCIAS

BEIRED, J. L. B. A função social dos intelectuais. In: Aggio (Org.) **Gramsci** – a vitalidade de um pensamento. São Paulo: UNESP, 1998.

BOBBIO, N. **Ensaios sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BUEY, F. F. Gramsci no mundo de hoje, In: Coutinho (Org.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

COUTINHO, C. N. **Gramsci** – um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COX, R. W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método, In: Gill (Org.) **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Torino: Einaudi, Edizione critica dell'Istituto Gramsci – A cura di Valentino Gerratana, 2001, 4Vs.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

KANOUSI, D. Maquiavel nos Cadernos do cárcere, In: Coutinho (Org.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LEPRE, A. **O prisioneiro** – a vida de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LESTER, J. Alinhando a inteligência com a vontade, In: Coutinho (Org.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NERES, G. M. **Gramsci e o “moderno príncipe”**: a teoria do partido nos Cadernos do cárcere. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. Curitiba: UFPR, 1992.

SILVA, M. C da. **A questão nacional e o marxismo**. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1989.